



GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL AGENDA 2030: MONITORAMENTO DA AGENDA GLOBAL DE EDUCAÇÃO 2030 NO BRASIL.

Jociene Araújo Lima, Universidade Estadual do Ceará, E-mail: jocienelima@gmail.com

Carlos Henrique de Lima, Universidade Federal do Ceará, E-mail:ch61691@gmail.com

Resumo

Essa pesquisa tem o objetivo geral de analisar o monitoramento da Agenda Global de Educação 2030 no Brasil, elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade civil Agenda 2030, no ano de 2017 á 2023. A metodologia utilizada está ancorada em estudos de natureza bibliográfica e documental. Para tal, analisaremos os escritos de: Mészáros (2010); Raeder e Menezes (2019),; Chaves (2019) e Shiroma, Jannuzzi e De Carlo (2018). Na análise documental serão analisados as Declarações mundiais de educação de 1990 á 2015, e os arquivos digitais do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Agenda 2030 (GTSC A2030), no site da organização e nos seus documentos e relatórios. Por fim, concluímos que a Agenda global de educação não vem sendo cumprida aos longos dos anos no Brasil, em contrapartida a seu comprimento ela vem cada vez mais ganhando centralidade como uma esfera que pode remediar toda as mazelas sociais causadas pela crise estrutural do capital, principalmente com relação a pobreza. Assim, por traz do discurso da educação como responsável pela pobreza se esconde que no atual sistema capitalista a pobreza é um elemento central para dar continuidade a este sistema.

Palavras-chave: Agenda Global de Educação 2030. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Agenda 2030, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

1. Introdução

Não podemos falar em sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável sem compreender o papel que o atual modo de produção capitalista tem desempenhado. A cada dia, a natureza se torna um bem mais precioso, que precisa de cuidados e atenção. Mészáros (2011), com base nas ideias de Marx, argumenta que vivemos atualmente em um contexto de crise. Para ele, a crise estrutural do capital é ainda mais profunda do que qualquer crise sistêmica que o mundo já enfrentou, impondo efeitos devastadores à humanidade. Além disso, diferentemente das crises sistêmicas anteriores, essa crise afeta todas as esferas da vida social, incluindo a educação, a saúde e o meio ambiente.

Assim, devido às grandes consequências destrutivas causadas pelo capital na busca por uma acumulação expandida, os países pobres estão sendo cada vez mais pressionados a adotar

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO
DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

formas específicas de preservar o meio ambiente, tornar o mundo mais igual e eliminar a pobreza entre os indivíduos. De acordo com Chaves (2019), é nesse cenário de crise que se destaca a concepção de desenvolvimento sustentável, e a educação se torna um fator determinante para alcançá-lo, conforme os organismos multilaterais prescrevem.

O tema do desenvolvimento sustentável tem se tornado cada vez mais importante no cenário internacional, de acordo com a visão defendida pela ONU, que engloba as áreas econômica, política e social (CHAVES, 2019). A necessidade urgente de que as pessoas assumam a responsabilidade de transformar o planeta em um lugar sustentável tem sido discutida em várias conferências organizadas pela ONU desde a década de 1970. No início dos anos 80, surgiu o conceito de sustentabilidade, com o objetivo de equilibrar o progresso econômico e tecnológico com a preservação do meio ambiente (CARNEIRO, 2012).

Nesse contexto, a discussão e a defesa de um documento de alcance global que contemplasse o desenvolvimento sustentável ganharam destaque na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, quando foi aprovada a resolução A/RES/70/1, que criou a Agenda Global 2030, intitulada "Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" (ONU, 2018).

No Plano de Ação 2030 estão previstas medidas nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades e muitos outros temas que visam enfrentar a crise que estamos vivendo. O plano defende que há questões que dependem da atuação dos governos e grandes empresas globais, mas também existem recomendações mais específicas, com um foco nas comunidades e particularidades de cada local do mundo.

A Agenda Global 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi lançada pela ONU em setembro de 2015 durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. O referido evento contou com a participação de líderes de 193 países. Essa agenda contém 17 objetivos e 169 estratégias para alcançá-los, buscando transformar o mundo sem, no entanto, alterar a base material da existência, baseada no poder do capital. O projeto da Agenda 2030 é construir um "plano de ações para pessoas, para o planeta e para a prosperidade" (ONU, 2015, p. 1), promovendo ações com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável.

A Agenda Global de 2030, abrange em seus dezessete ODS, todas as áreas que formam a vida social, incluindo a diminuição da pobreza, promoção da nutrição, educação e saúde de qualidade para todos, assim como, a esfera econômica, ambiental e política. Em concordância com os ODM, mas de forma mais abrangente, busca dar continuidade ao cumprimento das metas que não foram alcançadas. É uma agenda ambiciosa, com um maior número de metas, o que a torna ainda mais difícil de ser realizada, considerando aprofundamento da crise sistêmica do capital, bem como o fato de que as metas, cujo prazo para alcançar seria de 15 anos, atravessam vários governos, o que exigiria um compromisso efetivo com a continuidade.

Assim, a agenda Global de educação 2030, surgiu neste contexto de crise e destruição da natureza e ela objetiva adequar a educação dos países periféricos às demandas do século XXI, remetendo ao Movimento de Educação para Todos (EPT), sendo precedida em 2015 por um



compromisso mais ambicioso, aliada a um projeto de desenvolvimento econômico. Neste contexto surge a seguinte problemática: como anda a concretização da agenda global de educação 230 no Brasil aos longos dos anos? Será que há monitoramento dessa agenda do Brasil? Quais fatores tem prejudicado o Brasil no alce das metas do desenvolvimento sustentável.

Para responder a estes questionamentos, este trabalho tem como objetivo geral analisar o monitoramento da Agenda Global de Educação 2030 no Brasil, no rol desse compromisso internacional. Para isso usaremos a pesquisa documental e bibliográfica, analisando documentos que tragam como anda a concretização dessa agenda no Brasil.

2. Fundamentação teórica

Considerando o atual contexto de crise estrutural do capital e a intervenção do Banco Mundial nas políticas dos países pobres, em colaboração com a agenda internacional da ONU e suas agências especializadas, podemos afirmar, segundo Chaves (2019), que a Agenda 2030 é uma proposta mais ambiciosa de projeto de desenvolvimento global, cujo objetivo central é a erradicação da pobreza.

Para autores como Jannuzzi e De Carlo (2018) a Agenda 2030, que abrange todos os ODS é uma política global que busca promover em todos os países a justiça social e superação da pobreza. Para

A Agenda 2030 é uma proposta para pensar alternativas ao modelo excludente em vigor, promotora da justiça social, trazendo aspectos importantes quanto a seus objetivos, seus interesses e afinidades políticas, bem como das faces indissociáveis do desenvolvimento sustentável no aspecto econômico, social e ambiental, e seus critérios de transversalidade (integração, visão transversal de políticas públicas e a capacidade de planejamento intersetorial) e transdisciplinariedade (na garantia de uma igualdade substancial de oportunidades), que, de forma cooperativa e colaborativa, auxiliam na busca de um conjunto comum de desenvolvimento.

Os autores Jannuzzi e De Carlo (2018, p. 23-24), reafirma que o estabelecimento da agenda e da efetivação dos ODS no Brasil, tem gerando uma esperança para o cenário futuro da Agenda 2030 no Brasil. Em busca dessa concretização temos visto todos os países, inclusive o Brasil desenvolvido mecanismos que buscam concretizar a Agenda 2030. Para Alves, Cunha e Sousa (2018, p. 484-513), “[...] O DS teve notáveis reflexos sobre as estruturas de governo e política em geral, tornando-se categoria aparentemente indispensável nas discussões sobre a política do desenvolvimento na atualidade.”

Nesse sentido, organizações da sociedade civil se aliam aos princípios dessas agências, desempenhando o papel de entidades locais que buscam acompanhar o progresso das metas e estratégias estabelecidas. A Agenda prevê a mobilização e recomenda a adoção de medidas para a sua realização, mas não garante sua concretização, cabendo a cada país a responsabilidade pelo compromisso assumido. No Brasil, têm sido realizados levantamentos e monitoramentos

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

das possibilidades de alcançar as metas estabelecidas na agenda, assim como das dificuldades encontradas no contexto nacional para a efetivação dessas medidas.

Contamos com diversas organizações que vêm promovendo discussões, encontros, divulgação de relatórios em âmbito regional, local e internacional sobre o acompanhamento da Agenda 2030 no Brasil. A ONU afirma que esse monitoramento é de suma importância para que os governos de cada país tenham conhecimento do andamento da implementação da Agenda e dos desafios que ela enfrenta em cada contexto. Além disso, a UNESCO destaca que essas dificuldades podem ser superadas por meio de ações locais, sendo a participação da sociedade civil fundamental no processo de efetivação da Agenda (UNESCO, 2015).

Muitas organizações da sociedade civil têm realizado um trabalho de monitoramento em vários países, com o objetivo de identificar os fatores que estão obstaculizando o alcance das metas da Agenda 2030. Conforme apontado por Raeder e Menezes (2019), no Brasil existe um grupo da sociedade que produz que em muitos países são conhecidos como Relatórios Sombra, por apontar sempre os desafios de não alcançar a sustentabilidade, no Brasil este grupo os intitulou o contrário "Relatórios Luzes" (p.22), por entender que conhecendo nossos desafios as sombras conseguiremos superar estes desafios e alcançar a sustentabilidade.

O Grupo GTSC A2030 surgiu dos debates sobre a definição da Agenda Global 2030 e afirmou ter como propósito inicial a luta pela garantia dos direitos humanos e o combate às desigualdades sociais em todo o mundo. Desde o início de sua atuação, o grupo contava com a parceria de organizações da sociedade civil já engajadas, que fomentavam as principais discussões e levantamentos sobre os temas presentes na agenda 2030. Dessa forma, o GTSC A2030 busca integrar-se aos debates e ao acúmulo de conhecimento de todas as esferas da Agenda 2030, assim como dos grupos que estudam a garantia de direitos em cada instância individual no Brasil (GTSC, A2030, 2017).

O GTSC A2030 foi oficializado em 09 de setembro de 2014, com o objetivo de monitorar a Agenda Global 2030. Esse grupo é o resultado das negociações que já estavam em andamento para a agenda no ano de sua criação, oriundas de uma articulação nacional liderada pela Associação Brasileira de ONGs (Abong). Assim, o grupo se firmou no Brasil conseguindo aceitação nacional e internacional. Esta associação Abong, tem a finalidade de fortalecer as organizações da sociedade civil, repassando investimentos e mobilizando suas parcerias para prestar assessoria a novos grupos iniciantes no setor nacional.

De acordo com o GTSC A2030, "seu principal propósito é fornecer recomendações que possam auxiliar na implementação desta Agenda Global 2030" (GTSC A2030, 2019, p.4). Este grupo também é responsável por monitorar globalmente e nacionalmente o cumprimento desta agenda. Através deste monitoramento, busca-se estabelecer parcerias que possam contribuir para incentivar a mobilização da sociedade em torno da importância desta agenda, pressionando o governo brasileiro para cumprir as metas estabelecidas. Para alcançar seus objetivos, o grupo tem desenvolvido estudos baseados no panorama político, ambiental e tecnológico enfrentado pelo Brasil nos últimos anos. Esses estudos são organizados em forma de relatórios de monitoramento, lançados anualmente desde 2017 e publicados no site da organização.



A monitorização realizada por este grupo é construída ao longo do ano, sendo apresentada para discussão na metade de cada ano, por volta do mês de junho, dando ênfase às mudanças ocorridas no campo social. Este documento abrange os 17 ODS, trazendo discussões e dados de pesquisa, revelando a direção que a Agenda está tomando no Brasil ao longo dos anos de sua implementação. Esse grupo realiza um trabalho analítico em diversos âmbitos, ressaltando um discurso com senso crítico em relação à cobrança do Estado e de organizações multilaterais para alcançar um Brasil sustentável, como se isso fosse objetivamente possível, destacando a importância de alcançar esse desenvolvimento estabelecido na Agenda. Até o ano de 2023, o GT lançou 7 edições do Relatório Luz, nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, disponível em seu site em duas línguas, português e inglês, com o objetivo de propor a discussão sobre como o Estado brasileiro tem buscado cumprir a agenda 2030.

Em sua carta de princípios, o GTSC A2030 enfatiza que sua principal missão é reunir estudos e discussões de grupos que representam a sociedade civil no Brasil, em um documento de monitorização que busca enfatizar a importância de garantir os direitos humanos. O evento recebe financiamento principalmente da União Europeia, que é uma união econômica composta por 27 Estados-membros. Buscando desenvolver o mercado europeu e reduzir a desigualdade em seus países, a União Europeia declara suas preocupações com essa circunstância também no Brasil, seguindo as prescrições neoliberais e diante da globalização do capital. Segundo Alvim (2018, p.2):

Desenvolvimento Sustentável também é um objetivo fundamental e abrangente da União Europeia, consagrado no artigo 3º do Tratado da União Europeia. Através do Eurostat pode acompanhar-se regularmente os relatórios sobre a sustentabilidade, estratégia de desenvolvimento e a monitorização do cumprimento dos ODS no contexto da União Europeia (apud União Europeia)

A União Europeia começou a financiar relatórios para monitorar, acompanhar e prestar contas do progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. Esses relatórios levam o debate sobre as metas para os 27 Estados-membros, que buscam a implementação dessa agenda no Brasil. Portanto, esse processo de monitoramento, como já mencionado, é conduzido de maneira organizada por um grupo de ONGs que fornecem discussões e dados sobre o Brasil para toda a Europa, alinhando-se aos projetos da ONU e do Banco Mundial.

O GTSC Agenda 2030, possui mais de 40 membros que fornecem dados de suas pesquisas para todos os campos que contemplam a Agenda Global 2030. Atualmente o GTSC A2030, é um dos grupos que produz os relatórios mais completos e atualizados sobre a concretização da Agenda Global 2030 no Brasil, neste sentido iremos analisar os relatórios Luz de 2017 à 2023; buscando entender como se dar concretização dos mesmos ao longo destes anos no Brasil.



3. Metodologia

Essa pesquisa como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, essa abordagem é primordial na construção da pesquisa científica. A pesquisa bibliográfica, conforme Amaral (2007), [...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa (AMARAL, 2007, p. 1). A pesquisa bibliográfica que será abordada no presente artigo, expondo todas as etapas que devem ser seguidas na sua realização. Esse tipo de pesquisa é concebido por diversos autores, dentre eles Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2002).

Além da pesquisa bibliográfica este trabalho também se caracteriza como uma pesquisa documental. Segundo Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Os documentos analisados na análise documental foram os relatórios intitulados: “Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, publicado pelo GTSC, no ano de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, a escolha por estes relatórios veio do fato de entendermos o que vem acontecendo a cada ano está prejudicando a concretização dos ODS no Brasil.

4. Resultados

Os Relatórios Luz são documentos que resultam de estudos e análises realizados sobre o monitoramento das metas da Agenda Global 2030. O Relatório Luz de 2017, intitulado "Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Síntese", analisou apenas 7 ODS, que, de acordo com o GTSC A2030, eram considerados os mais urgentes e necessários para acabar com a desigualdade no mundo. Nesse contexto, o Relatório Luz de 2017 explica que a ausência de monitoramento do ODS4 se deu pelo fato de a educação não ser um dos objetivos urgentes da agenda para o ano de 2017. O Relatório alega que a educação de qualidade é uma consequência de um país livre de pobreza, fome e desigualdade, e que quando esses obstáculos forem erradicados no Brasil, o país terá uma educação justa e de qualidade. O Relatório enfatiza que os outros ODS não analisados no monitoramento de 2017 são os objetivos que têm grande repercussão na mídia e são monitorados por diversas ONGs, portanto, não mereciam mais destaque. (GTSC A2030, 2017).

Neste contexto, a importância de muitos ODS é negada e outros são destacados. O Relatório de 2017 centraliza no ODS 1. O documento aborda políticas contra a pobreza como alvo de repetidos ataques de diversas áreas. O Relatório Luz GTSC A2030 (2017) contextualiza a situação política e social brasileira, demonstrando o afastamento das metas estabelecidas pela agenda e destacando que, no meio de múltiplas crises, fica evidente a distância entre o Brasil e as aspirações da Agenda 2030 (GTSC A2030 2017, p.4). O documento afirma que as intromissões do governo Temer naquele momento histórico causaram um grande retrocesso nas políticas públicas, o que tem evidenciado cada vez mais o distanciamento do Brasil em relação às

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

propostas de desenvolvimento sustentável. O grupo destaca que o poder público não fez esforços para minimizar os escândalos de corrupção amplamente divulgados pela mídia em 2017 e que isso influenciou muito nas construções da política sustentável no país.

Os Relatórios Luz seguintes, possuíam uma mudança basilar em relação ao primeiro relatório luz de 2017. Nos relatórios de 2018 á 23, todas as metas e esferas dos 17 ODS forma monitorados e pesquisados, sem exceção. O GTSC A2030 reconhece no relatório seguinte que foi um erro analisar em 2017 apenas algumas metas, pois para alcançar o desenvolvimento sustentável, é preciso englobar todas as metas (GTSC A2030, 2018).

O Relatório Luz, GTSC A2030 (2018), destaca logo no início uma preocupação significativa com a direção que a Agenda está seguindo no Brasil. Essa análise se baseia no fato de que já se passaram três anos desde a implementação da Agenda 2030 e, segundo o grupo responsável pelo monitoramento, o Brasil está indo contra o cumprimento das metas. Neste ano, foram avaliadas 121 das 169 estratégias da agenda. O monitoramento é fundamentado em documentos e dados oficiais, que fornecem uma análise abrangente da situação do país em relação ao progresso das metas. O relatório ressalta que o Brasil tem se esforçado pouco para alcançar as metas da agenda, apesar dos esforços de grupos e organizações que atuam nessa área (GTSC A2030, 2018). O Relatório Luz (GTSC 2018, p.5) menciona os "inúmeros obstáculos e desafios para o cumprimento dessa agenda", em todas as esferas.

O Relatório Luz de 2018 (GTSC 2018, p.5) indica que "encontram-se diversos obstáculos e desafios para a implementação dessa agenda", que abarca todas as esferas dessa pauta. O relatório também menciona que o Brasil enfrenta uma significativa dívida externa em 2018, justificando, assim, cortes no orçamento de políticas e programas essenciais, o que resulta no aumento da fome, pobreza e desigualdade social no país. Uma dessas medidas é a Emenda Constitucional 95/2016, que, segundo Mariano (2017), propaga um discurso irrealístico de que a redução dos gastos nos setores sociais contribuirá para a diminuição da crise econômica enfrentada pelo país. Contudo, na realidade, a crise econômica pela qual o país passa é resultado de um contexto internacional somado a uma política de conciliação de classes, ao declínio de um modelo neodesenvolvimentista de caráter neoliberal, o que ampliou ainda mais o espaço para a ascensão da extrema direita e enfraqueceu ainda mais o Estado como agente promotor de políticas públicas e sociais.

Dessa forma, o relatório GTSC A2030 (2018) destaca a importância do envolvimento da sociedade civil e das organizações multilaterais para garantir o cumprimento dos compromissos assumidos no Brasil. Isso ocorre porque todos os setores, tanto socioambientais quanto econômicos, precisam progredir e alcançar o desenvolvimento sustentável, o que ainda está distante de acontecer no país. Em relação ao acompanhamento das metas do ODS4, o Relatório Luz da Agenda 2030, publicado em 2018, ressalta a preocupação da sociedade civil brasileira diante das mudanças e declínio ocorridos no país após a gestão dos governos anteriores. Isso revela que nos últimos anos, o Brasil tem seguido um caminho oposto ao cumprimento das metas estabelecidas pela Agenda Global 2030, às quais o país se comprometeu.

O Relatório GTSC A 2030 (2018), traz que muitas metas da agenda de educação estão estagnada e correm o risco de serem ameaça no novo contexto político inseguro e de corte da educação. Assim, alguma meta como a meta 4.1 que visa o aumento da matrícula da educação básica tem alcançado um grande avanço ao longo dos anos. Porém, mesmo com avanço o número de matrículas de meninos e meninas no ensino fundamental no Brasil, ainda não é suficiente, já que 2,5 milhões de crianças e adolescentes, entre 4 e 17 anos, estão fora da escola, e a maioria dessas crianças estão em situação de pobreza sendo “430 mil crianças, oriundas de populações em maior vulnerabilidade, com renda de até 1/2 salário mínimo sem expectativa de superação dessas condições” (GTSC A2030, 2018, p.19).

O relatório ainda traz que as crianças que estão fora da escola se encontram em sua maioria nas regiões Norte e Nordeste, onde residem as famílias mais pobres e que sofrem com a exclusão de serviços básicos ao longo dos anos. Além da injustiça e preconceito regional ainda vemos problemas como o racismo ser um fator determinante no acesso à educação no Brasil.

Dando seguimento ao controle exercido pelas organizações internacionais, o Relatório Luz (2019), intitulado "III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil", sustenta que, após 4 anos da implementação da agenda, a situação brasileira, já crítica em 2018, revela ainda mais a falta de compromisso e desrespeito com as políticas sociais que garantem as metas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil.

O Relatório Luz (2019) destaca que os desastres ambientais ocorridos no Brasil evidenciam a falta de compromisso que o país tem com a sustentabilidade. No entanto, faz considerações superficiais sobre a responsabilidade das empresas, não abordando, nem minimamente, a relação simbiótica entre o Estado e o capital (MESZÁROS, 2011).

O desastre de Mariana, ocorrido em Minas Gerais no ano de 2015, liberou, segundo Da Rosa (2019), 62 metros cúbicos de rejeitos de mineração compostos por ferro, água e lama.

Essa tragédia teve inúmeros impactos negativos no meio ambiente, com a destruição de rios e matas em vários estados. Também resultou na perda de 19 vidas e no desaparecimento de 297 pessoas. Um evento similar ocorreu anos depois, em 2018, conhecido como o caso de Brumadinho. Nesse incidente, houve o rompimento de uma barragem, resultando na deposição de metros de lama nos córregos da cidade. Essa tragédia causou mais de 259 mortes e destruiu cerca de 12 hectares de floresta nativa, impactando o solo, a fauna e a flora.

Com relação a educação no Relatório Luz 2019, o resultado não é favorável para educação, 4 da cinco meta prevista para educação, como prevista em 2018, estavam em situação de ameaça. O ano de 2019, o direito à educação sofreu severos ataques com a aprovação da EC 95, que congelou os gastos com a educação. O número de oferta de educação a distância tem aumentado, e as escolas presenciais, principalmente as escolas rurais, estão cada vez mais precárias, sendo muitas vezes obrigadas a fechar, transferindo seus alunos para as grandes sedes, onde nem todas as crianças têm garantidas condições de acesso.

O GTSC A2030 (2019) revela que, em 2016, 92,8% dos brasileiros sabiam ler, escrever e realizar cálculos simples de matemática. No entanto, esse número esconde uma realidade

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

muito presente na sociedade brasileira: o analfabetismo funcional. De acordo com a UNESCO (2015), o analfabetismo funcional ocorre quando o indivíduo é capaz de ler e escrever seu próprio nome ou frases curtas, bem como realizar cálculos básicos, mas não consegue compreender o que está lendo, escrevendo ou calculando.

Diante dessas dificuldades, a perspectiva de exclusão das crianças pobres da escola só aumenta ao longo dos anos. Dessa forma, o Relatório de 2019 afirma que enquanto não revogarmos a EC 95 e garantirmos uma igualdade social, de gênero e de raça, todas as metas da agenda global 2030 não será cumprida e o direito à educação só será garantido a uma parcela da população.

No relatório Luz (2020), intitulado "IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil", é destacado que o governo Bolsonaro tem se tornado um obstáculo para a concretização da Agenda Global 2030. Além disso, esse relatório traz uma novidade em relação aos anos anteriores. O documento apresenta uma classificação de acordo com o progresso na concretização das metas no Brasil, ressaltando que no governo Bolsonaro houve retrocesso. O relatório classifica em cinco categorias: retrocesso, metas alcançadas, metas estagnadas, progresso insuficiente e progresso satisfatório.

O contexto social da agenda em 2020 se torna mais fragilizado e problemático em relação aos anos anteriores, e um dos motivos é o fato de Bolsonaro estar no poder. Outro fato que merece destaque é a crise pandêmica que o mundo está enfrentando em 2020. Com a chegada do Coronavírus, muitas vidas foram perdidas, resultando em uma catástrofe sem precedentes em todas as áreas sociais. No Brasil, a crise do Coronavírus trouxe uma série de problemas, incluindo um aumento na taxa de desemprego e um maior número de pessoas vivendo na pobreza, o que expôs ainda mais a desigualdade existente no país. Como já mencionado no primeiro capítulo, a origem da crise pandêmica pode ser atribuída ao sistema capitalista. De acordo com Davis (2020, p. 12), "a crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo".

Além disso, no relatório de 2020, em relação à educação, três metas regrediram, uma meta está ameaçada e uma não possui dados, devido à falta de informações para monitoramento este ano. Uma das metas sem dados, foi a meta 4.5, que pretende:

Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade. (AGENDA 2030, 2015)

O Relatório de 2020, destaca não ter tido acesso a dados suficientes para monitorar tal meta, portanto, sua análise se deu a partir de dados dos anos anteriores. Analisado o documento, não há vestígio de monitoramento sobre a meta do PNE que venha tratar especificamente do tema de inclusão das crianças e do adolescente com algum transtorno ou deficiência, a dados que provem que essa meta vem sendo alcançada.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

Com relação ao relatório de 2021, intitulado “V Relatório Luz da sociedade civil agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil” traz logo na primeira página a falha que está sendo a agenda 2030 no Brasil, Segundo o relatório (GTSC A2030, 2021) apesar de ter assumido um compromisso semelhante em 1988, por meio da promulgação da Constituição Federal vigente, o Brasil atualmente figura entre os países mais distantes da Agenda 2030, conforme evidenciado pela quinta edição do Relatório Luz da Sociedade Civil. Esse diagnóstico alarmante foi confirmado por 106 especialistas de diversas áreas - aos quais agradecemos - que analisaram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas.

O relatório aponta hoje que 92 metas da agenda em retrocesso (54,4%), a destruição de direitos sociais, ambientais, econômicos, civis e políticos, conquistados com muito esforço nas últimas décadas. Além disso, 27 metas (16%) permanecem estagnadas, 21 (12,4%) estão ameaçadas, 13 (7,7%) avançam de forma insuficiente e 15 (8,9%) não possuem informações disponíveis. Neste ano, nenhuma meta apresenta um progresso satisfatório.

A imagem de um país que já não faz parte das soluções, mas sim se tornou um problema global, está sendo exposta sem disfarces. Cerca de 82,8% das políticas estão em retrocesso, ameaçadas ou estagnadas - muitas delas sequer realizando seus orçamentos disponíveis. O resultado é devastador, com mais de meio milhão de vidas perdidas para a Covid-19, às quais prestamos homenagem nesta publicação.

Quanto ao monitoramento das metas educacionais, a agenda revela que 1 meta está estagnada, 5 metas estão em retrocesso e 1 meta está ameaçada. Isso significa que quase 80% das metas educacionais estão sofrendo retrocessos, sem nenhum controle. Entre as metas em retrocesso, destaca-se a meta 4.3, que prevê “Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo à universidade”, que continua a regredir em 2021 devido aos cortes no orçamento. Segundo o relatório:

A execução financeira da Educação de jovens e adultos (EJA) em 2020 foi de R\$ 13,5 milhões, contra R\$ 589,8 milhões em 2016 – ano de referência para o teto de gastos. Em 2014 eram apenas 2,8% (101.714) das 3.653.530 matrículas de EJA integradas à profissionalização, porcentagem que caiu para 1,6% em 2020, ou 53.392 das 3.273.668 matrículas da modalidade. (GTSC A2030, 2021, p.29)

Mesma situação encontramos no relatório seguinte 2022. No Relatório Luz VI, divulgado em 2022, já se aponta que o Brasil enfrenta uma crítica realidade social, com 33 milhões de pessoas passando fome, "e com o triste regresso do país, uma potência global na produção de alimentos, ao Mapa da Fome" (GTSC, 2022, p.4). Além desse cenário precário, o relatório também afirma que o ano de 2022 é marcado pela falta de informação, conforme o GTSC (2022), mais de 140 dos 245 indicadores da agenda como um todo, não foram atualizados no Painel dos Indicadores Brasileiros para os ODS, no governo Bolsonaro, ou seja, desde 2017. Segundo o GTSC, isso dificulta a análise da realidade brasileira e o monitoramento da Agenda pela falta de informações.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS 2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

Em monitoramento mais geral o relatório aponta que das metas 168 metas avaliadas da agenda, em progresso satisfatório tivemos apenas uma (a 15.8)¹, 11 metas (equivalente a 6,54% das metas) estão em estagnação, 14 metas (8,33%) estão ameaçadas, 24 metas estão em progresso insuficiente (aproximadamente 14,28%) e a maioria das metas, 110 (65,47%) estão em retrocesso, e sobre 8 metas (ou seja 4,76% das metas) não foram encontrados dados (GTSC, 2022, p.4). Se comparamos o V Relatório Luz, publicado em 2021, com o atual relatório, publicado em 2022, encontramos o aumento de 92 metas 110 que estão em retrocesso, já em progresso suficiente insuficiente o número aumento de 13 para 24.

Com relação a educação, no relatório de 2022, tivemos todas as metas da agenda global de educação 2020, em retrocesso. Um exemplo foi a meta 4.6 que em 2021 estava estagnada e em 2022 retrocedeu. Segundo o relatório:

A taxa de alfabetização está em 94,2%, desde 2020 e o analfabetismo funcional avançou, chegando a 29%²², como resultado do desmonte do programa Brasil Alfabetizado que foi praticamente extinto pelo subfinanciamento. Documentos publicados em 2019 pelo MEC²³ não explicitam como as escolas devem efetivamente organizar os conhecimentos, o que evidencia as limitações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para Freitas (2015) as políticas de cunho neoliberais capitalista, baseada inserida na educação nos últimos anos, como BNCC, o novo ensino médio, e demais que se baseiam no desenvolvimento de competência tem favorecido para desmonte da educação brasileira, e para o aumento da privatização da educação, o que distancia a educação defendida na agenda 2030.

Por último, o Relatório Luz VII, lançado em 2023, traz que vivemos em um conteúdo de extrema negação do compromisso feito em 2015 com a agenda e com demais acordo traçado mais recentemente como a Agenda de Ação de Adis Abeba e o Acordo de Paris sobre o Clima. Apesar do clima de pandemia que prejudicou muito este acordo, o relatório diz que a pandemia não pode ser a única culpada pela não priorização da execução da agenda nos países uma vez que antes mesmo da pandemia os governos e instituições privadas não estavam destinando esforços suficiente para concretização da agenda.

Dessa forma, com base nos dados das metas do ano passado, que não apresentam melhorias este ano, entendemos que esses dados refletem um ciclo de destruição de políticas públicas, enfraquecimento dos orçamentos e de sistemas de monitoramento essenciais para a adesão nacional à Agenda 2030, além de um Pacto Federativo ainda não adequado, que é o tema do nosso Estudo de Caso deste ano. São 33 milhões de pessoas vivendo na angústia da fome, incluindo aquelas que perderam suas vidas lutando por direitos – é por isso que o Relatório Luz deste ano é dedicado aos povos Yanomami e à líder quilombola Mãe Bernadete, assassinada enquanto

¹ Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.



finalizávamos esta edição, ambos representando um país que não protege aqueles que cuidam dele. (GTSC A2030, 2023).

No que diz respeito à Educação, apenas um objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) está estagnado, enquanto os demais permanecem em retrocesso. Com relação aos dados dispostos na agenda ela cita que o Brasil “ocupa o 60º lugar em uma lista de 65 países quando avaliada a alfabetização de crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental”. Segundo o relatório em 2021, 56,4% (1,57 milhão) de crianças nessa fase deixaram de ser alfabetizadas e o desmonte do Programa Brasil Alfabetizado gerou ainda mais atrasos nos alcances de muitas metas da agenda 2030, “impactando as condições de saúde (ODS 3), as possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal (ODS 8) e o direito à cidadania e à vida sem violações (ODS 1, 2, 5 e 16)”. (GTSC A2030, 2023, p.35).

Esses dados mostram que, mesmo estando estagnada, a educação está sendo ameaçada diante dos inúmeros projetos de reforma que têm favorecido a privatização da educação e vão contra as metas e estratégias da agenda para promover uma educação de qualidade, garantindo o direito à educação para todos. Além disso, algo que está presente em todos os documentos analisados sobre as metas da agenda global de educação e sua profunda relação com a concretização de todas as metas da agenda, como demonstra claramente o relatório luz de 2023, focando principalmente na relação entre educação e pobreza. Em todos os documentos, o GTSC A2030 apontou a educação como grande responsável pela pobreza e desigualdade no país, indicando que a necessidade de alcançar uma educação melhor tem um impacto direto no combate à pobreza e desigualdade no país.

5. Conclusões

Com o intuito de analisar o acompanhamento da agenda global de educação 2030 através dos relatórios Luzes, concluímos que o GTSC A2030 tem produzido, ao longo dos anos, documentos e acompanhamento da agenda no Brasil que têm contribuído para compreendermos como a agenda está sendo cumprida no país. Em relação ao acompanhamento, podemos perceber na análise dos documentos que a agenda global de educação 2030 nunca foi uma prioridade do Estado brasileiro. A cada ano, as metas da agenda se distanciam ainda mais de serem alcançadas, seja devido a questões climáticas, sociais ou políticas. Apesar de compreendermos que a pandemia prejudicou significativamente o avanço dessa agenda para o ano de 2030, constatamos que mesmo antes da pandemia, a agenda não estava sendo tratada como prioridade, e inúmeros projetos e ações governamentais e empresariais têm contribuído para afastar a agenda de se tornar uma realidade brasileira.

Por fim, concluímos que a Agenda global de educação não vem sendo cumprida aos longos dos anos no Brasil, em contrapartida a seu comprimento ela vem cada vez mais ganhando centralidade como uma esfera que pode remediar toda as mazelas sociais causadas pela crise estrutural do capital, principalmente com relação a pobreza. Assim, por traz do discurso



da educação como responsável pela pobreza se esconde que no atual sistema capitalista a pobreza é um elemento central para dar continuidade a este sistema.

Assim, como possibilidade futuro de pesquisa podemos pesquisar quais os impactos das reformas educacionais da Agenda 2030, e como essas reformas tem colaborado para não concretização da agenda, ressaltando a importância de revogar o Novo Ensino Médio, Lei 13.415/2017 e implementar efetivamente as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, para garantir uma educação antirracista e diversa;

6. Agradecimentos (quando houver)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

7. Referências bibliográficas

ALVES José Irivaldo; CUNHA, Belinda Pereira da; SOUSA, John Brehmer de. Desenvolvimento e desenvolvimento sustentável: uma revisão contemporânea para pensar políticas públicas num ambiente de complexidade. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 1, n. 50, p. 484-513, 2018. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/2561/1525>. Acesso em: 13 out. 2019.

Alvim, Luísa. As Bibliotecas Públicas e a Agenda 2030: a percepção dos profissionais de informação, nas Atas do **13º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**. Fundão. 2018. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressos-bad/article/view/1752/pdf>. Acesso em: 21 de out. 2023.

AMARAL, João JF. Como fazer uma pesquisa bibliográfica. **Fortaleza: UFC**, v. 3, 2007.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. Saúde ambiental e desigualdades: construindo indicadores para o desenvolvimento sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1419-1425, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8PFqcmjp8jCbrnsfnyLWsbq/#ModalHocite>. Acesso em: 12 de abr. de 2023.

CHAVES, Emanuela Rútila Monteiro. Crise estrutural, imperialismo e destrutividade do sistema: Projeto Educativo de (In)Sustentabilidade do Capital na Agenda 2015- 2030. 2019. 219f. - **Tese (Doutorado)** - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2019.

DAVIS, Mike. **A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo**. In: DAVIS, M. et.al. (orgs.). **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.



FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Síntese. 2017.** Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2017/07/relatorio-luz-gtsc-brasilhlpf2017.pdf>. Acesso em: 23 de novembro de 2019.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. **Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Síntese II.** 2018. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2019/09/relatorio_luz_portugues_19_final_v2_download.pdf. Acesso em: 21 no. 2020.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. **III Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil.** 2019. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2019/09/relatorio_luz_portugues_19_final_v2_download.pdf. Acesso em: 21 no. 2020.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. **IV Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.** 2020. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/08/por_rl_2020_web-1.pdf. Acesso em: 30 mai. 2020.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. **V Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil.** 2021. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf. Acesso em: 02 de jun, de 2022.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. **VI Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil.** 2022. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web-1.pdf. Acesso em: 02 jan. de 2023.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. VII RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL DA AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BRASIL. 2023, Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2023/10/rl_2023_v8-webcompleto-lr.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

JANNUZZI, Martino; DE CARLO, Sandra. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 28, n. 2, p.6-27, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanaliseedados/article/view/143>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 4, n. 1, p. 259-281, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/wJb3fZFMmZh65KfmrcWkDrp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 de mai. 2023.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo et al., 2. ed. (rev. e ampl.) São Paulo: Boitempo, 2011.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS NO BR- ONU. 2018. **A Agenda 2030**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 13 de mar. de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação; rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos**. Co-reia do Sul, 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002432/243278POR.pdf>. Acesso em: 05 novembro 2020.

RAEDER, Sávio Túlio Oselieri; MENEZES, Patrícia Miranda. A relação entre interdisciplinaridade e a implementação da Agenda 2030. **Parcerias Estratégicas**, v. 24, n. 49, p. 09-28, 2020. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/3969_CGEE_vol_24_RPE_49_dez.pdf/5711a1db-1ddb-4791-90ba-6d3211c9618b?version=1.0. Acesso em: 23 de abr. de 2023.